



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680066 - RJ (2021/0218796-3)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : DOUGLAS AMARAL NASCIMENTO (PRESO)  
**OUTRO NOME** : DOUGLAS AMARAL DO NASCIMENTO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS AMARAL NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 0335387-34.2019.8.19.0001) .

O paciente, incurso no art. 157, § 2º, do CP, foi condenado às penas de 8 anos, 3 meses e 16 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 18 dias-multa.

O Tribunal local, ao negar provimento ao apelo defensivo, fundamentou:

A autoria, quanto ao acusado, é certa.

Na 04ª DP, a vítima reconheceu, imediatamente, a fotografia de **DOUGLAS AMARAL DO NASCIMENTO** como sendo a de um dos autores do roubo (fls. 13/14).

[...]

Devemos asseverar que **o reconhecimento feito em sede policial foi ratificado em Juízo** [...] (fls. 81 e 82 - g.m.)

A impetrante sustenta que há ilegalidade no procedimento de reconhecimento pessoal do paciente, feito em sede policial apenas por fotografia e em descompasso ao regramento do art. 226 do CPP.

Requer, liminarmente, a declaração de nulidade do feito, com a conseguinte expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente